



Equidade na cadeia de abastecimento alimentar: Comissão propõe aumentar a transparência dos preços

Bruxelas, 22 de maio de 2019

Após a [proibição das práticas comerciais desleais](#) e o [reforço da cooperação entre os produtores](#), a Comissão apresenta hoje o terceiro elemento para melhorar a equidade na cadeia de abastecimento alimentar, introduzindo uma maior transparência no modo de comunicação dos preços ao longo da cadeia.

A Comissão Europeia apresentou hoje uma proposta que disponibilizará informações cruciais sobre a forma como os preços são determinados à medida que os produtos agroalimentares transitam ao longo da cadeia de abastecimento alimentar.

As diferenças de preços de compra e venda podem proporcionar informações sobre os custos intermédios – como transportes, seguros, armazenagem, etc. – entre o vendedor e o comprador. Uma maior transparência permite apoiar melhores decisões empresariais e reforça a confiança numa relação justa entre as diversas fases da cadeia de abastecimento alimentar. O acesso a informações atempadas e facilmente acessíveis sobre a evolução do mercado é também fundamental para a concorrência eficaz nos mercados mundiais.

Phil Hogan, comissário do pelouro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, declarou: «*O reforço da posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar tem sido uma prioridade para a Comissão. O reforço da transparência do mercado permitirá um acesso equitativo e uma maior clareza quanto à informação sobre os preços, tornando a cadeia alimentar mais justa e equilibrada. Estas novas regras complementarão a diretiva recentemente adotada que proíbe as práticas comerciais desleais em detrimento dos intervenientes mais fracos e mais pequenos da cadeia de abastecimento alimentar; a sua adoção reflete o apoio público considerável que existe em toda a UE para reforçar o papel do agricultor na cadeia de abastecimento alimentar.*»

Embora exista uma grande quantidade de informações disponíveis sobre a evolução dos mercados agrícolas (preços, volumes de produção, existências, etc.), quase não existem informações sobre outros mercados essenciais da cadeia de abastecimento agroalimentar, nomeadamente entre agricultores e consumidores nos setores da transformação de alimentos e da venda a retalho. Esta assimetria de informação entre os agricultores e os outros intervenientes na cadeia de abastecimento alimentar coloca os agricultores em situação de grande desvantagem no mercado e perverte a confiança nas práticas comerciais leais. A escassez de informações sobre a evolução do mercado por parte das empresas de transformação e dos retalhistas foi denominada a «caixa negra» da cadeia de abastecimento agroalimentar; a proposta hoje apresentada permite suprir esse problema.

As medidas propostas abrangem os setores da carne, dos ovos, dos produtos lácteos, dos frutos e produtos hortícolas, das culturas arvenses, do açúcar e do azeite. Baseiam-se nos sistemas e procedimentos existentes de recolha de dados, utilizados pelos operadores e pelos Estados-Membros para comunicar informações de mercado à Comissão, cujo âmbito de aplicação é alargado. Cada Estado-Membro será responsável pela recolha dos dados relativos aos preços e ao mercado. A Comissão recomenda que os Estados-Membros escolham a abordagem mais eficaz em termos de custos e não visem as pequenas e médias empresas, a fim de reduzir os encargos administrativos. Os Estados-Membros comunicam os dados à Comissão, que, por sua vez, disponibiliza a monitorização no seu [portal de dados agroalimentares](#) e nos [observatórios do mercado da União](#). É essencial que as informações fornecidas pelos Estados-Membros sejam exatas e atempadas.

De acordo com os procedimentos da Comissão para [legislar melhor](#), a proposta é publicada para um período de consulta pública de quatro semanas. Em seguida, será adotada pela Comissão e deverá entrar em vigor seis meses após a adoção.

Contexto

A Comissão trabalha, desde o início do seu mandato, para que a cadeia de abastecimento alimentar seja mais justa e equilibrada.

Em 2016, foi criado o [Grupo de Missão para os Mercados Agrícolas](#) (GMMA) com o objetivo de avaliar o papel dos agricultores numa cadeia de abastecimento alimentar de âmbito mais vasto, bem como de

formular [recomendações](#) para reforçar e melhorar a atividade.

Com base nestas recomendações, a Comissão lançou, em 2017, uma [primeira avaliação de impacto](#) e uma [consulta pública](#) sobre a melhoria da cadeia de abastecimento alimentar, que abrangeram três elementos: práticas comerciais desleais, cooperação entre produtores e transparência do mercado.

Uma sondagem à escala da UE, publicada em fevereiro de 2018, revelou que a grande maioria dos inquiridos (88%) considera importante reforçar o papel dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar. Confirmando esta tendência, 96% dos inquiridos à consulta pública de 2017 sobre a modernização da PAC concordaram que melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor deveria ser um objetivo da política agrícola comum da UE.

A Comissão apresentou no ano passado a sua proposta de proibição das práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento alimentar, que foi votada pelos legisladores em abril de 2019. Estas novas regras garantirão a proteção da totalidade dos agricultores europeus, bem como dos pequenos e médios fornecedores, contra as práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento alimentar.

Mais informações

[Proposta para uma maior transparência do mercado na cadeia de abastecimento alimentar da UE](#)

[Comissão congratula-se com o apoio do Parlamento à proibição das práticas comerciais desleais](#)

IP/19/2629

Contactos para a imprensa:

[Daniel ROSARIO](#) (+ 32 2 295 61 85)

[Clemence ROBIN](#) (+32 2 29 52509)

Perguntas do público em geral: [Europe Direct](#) pelo telefone [00 800 67 89 10 11](#) ou por [e-mail](#)